

Julián Fuks. *A resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. 144 p.

A produção cultural a respeito dos regimes de exceção da América Latina das décadas de 1960 e 70 tem sido rica e variada desde o retorno à democracia há pouco mais de trinta anos. E de fato a memória daqueles anos terríveis não pode ser deixada de lado. Dos países que passaram as últimas décadas exumando o chamado “terrorismo de Estado”, a Argentina – que teve a desdita de viver sob uma das mais sanguinárias ditaduras do continente – ocupa um lugar especial. A reflexão sobre o terror e o luto, a recuperação da memória dos oprimidos e o exame das consequências (psicológicas, sociais, políticas) da violência oficial sobre uma sociedade fazem parte hoje de uma constelação de referências em áreas como História, Sociologia, Psicologia, Museologia e outras.

Assim tem se dado igualmente na produção artística. Romances, poemários, peças teatrais e filmes do país vizinho ostentam solidez e eloquência para tratar dos mais diversos aspectos daquele período histórico. Talvez porque, diferentemente da nossa, a sociedade argentina tenha enfrentado com muito mais coragem política as sombras do passado. O relatório *Nunca Más*, emitido ainda em 1984 pela Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (presidida pelo escritor Ernesto Sábato), encarou de frente o trauma e o ressentimento daqueles que sofreram sob o regime. Não houve conciliação. No Prata, o terror foi sempre chamado pelo seu nome de batismo.

Julián Fuks, nascido em São Paulo na década de 1980, filho de intelectuais argentinos, faz de seu curto e poderoso romance *A Resistência* aquela que talvez seja a mais substantiva reflexão sobre o trauma político (e seus ecos no interior da vida familiar)

na literatura brasileira contemporânea. Não à toa o livro abre com uma epígrafe de Sábato, escritor que soube dar sentido político mesmo nos mais literários dos seus gestos.

Uma breve nota pessoal. Tive o privilégio de trabalhar como editor deste livro ao longo de 2014 e 2015, e a firmeza e seriedade do autor para a construção desse texto singular ostentam coragem pessoal e artística. Vai daí que o romance (reconhecido como “Livro do Ano” pelo Prêmio Jabuti 2016), o quarto título na carreira do jovem autor, tem sido justamente indicado para uma série de prêmios e listas dos melhores do ano.

Comovedoramente pessoal, *A Resistência* tem como mote um episódio familiar. A adoção daquele que seria o primogênito da família em 1976, no meio do turbilhão que foi aquela Argentina que perseguia os jovens, os estudantes, os sindicalistas e os intelectuais de esquerda até aniquilá-los:

Meu irmão é adotado, mas não posso e não quero dizer que meu irmão é adotado. Se digo assim, se pronuncio essa frase que por muito tempo cuidei de silenciar, reduzo meu irmão a uma condição categórica, a uma atribuição essencial: meu irmão é algo, e esse algo é o que tantos tentam enxergar nele, esse algo são as marcas que insistimos em procurar, contra a vontade, em seus traços, em seus gestos, em seus atos. Meu irmão é adotado, mas não quero reforçar o estigma que a palavra evoca, o estigma que é a própria palavra convertida em caráter. Não quero aprofundar sua cicatriz e, se não quero, não posso dizer cicatriz.

Palavra e estigma, experiência e cicatriz estão na raiz desse léxico familiar. Tudo, afinal, parece fazer parte de um drama de origem. Este irmão adotado ingressou na nova família em que condições? Melhor formulando: num tempo e num país que expropriava de milhares de mulheres jovens torturadas nos porões da ditadura a própria condição da maternidade (como atesta hoje o movimento das Abuelas de Mayo), arrancando de seus braços os recém-nascidos antes de executá-las, como o pequeno veio parar no lar do narrador? É esta busca, menos pela identidade original do menino e mais pelo entendimento da quase infinita cadeia de consequências (sociais, emocionais, familiares) trazidas pelo terror que organiza todo o eixo narrativo da obra.

Sebastián, o narrador, pensa em recuperar a história da família por meio da escrita de um texto que pudesse dar conta de inúmeras fraturas pessoais. Sua relação estranhamente esquiva com esse irmão (cujas origem é motivo de especulação e algum

romantismo político por parte do narrador), o exílio dos pais no Brasil do início da década de 1980 e os laços emocionais com o passado familiar precisam ser contemplados neste percurso. E serão, ainda que de uma maneira mais elíptica do que aquela originalmente imaginada pelo narrador.

Organizado em capítulos curtos e numa prosa que alterna alguma sentimentalidade com uma dicção mais ensaística, o livro de Julián Fuks encontra a força de seu gesto narrativo (que também será de algum modo um gesto político) na indeterminação um tanto paradoxal entre franqueza emocional e delicadeza narrativa. Por que, afinal, o irmão adotado foi se afastando da família enquanto crescia? Como os pais, que se estabeleceram no Brasil e ainda tiveram outros dois filhos biológicos, conseguem lidar com um passado, um país, uma vida deixada para trás? E por fim, como recuperar com a força do relato esse nó de perguntas quase sem resposta que estão diante do narrador?

É aqui, pois, que o engenho de Fuks se mostra consistente. A resistência do título na verdade não é uma, mas várias: “Ter um filho há de ser, sempre, um ato de resistência. Talvez a afirmação da continuidade da vida fosse apenas mais um imperativo ético a ser seguido, mais um modo de se opor à brutalidade do mundo.”

Resistir para trazer uma nova vida a um mundo escuro e violento. Resistir em sobreviver, mesmo que isso resulte na dor do exílio e no rompimento com o passado. Resistir à falta de sentido buscando a ordenação narrativa dos fatos. São várias as formas de resistir concebidas por Julián Fuks neste romance que, desde já, parece-nos indispensável.

Leandro Sarmatz

Autor de *Uma fome* (Record) e *Logocausto* (Editora da Casa)